



## Capitalismo em questão: A visão da Fratelli Tutti como resposta e caminho de esperança

Douglas Turri Toledo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O capitalismo, mais do que um sistema econômico, consolidou-se como uma lógica que molda consciências, desejos e relações, aprofundando desigualdades e fortalecendo a cultura do descarte. Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre as feridas abertas por esse modelo e, à luz da Encíclica *Fratelli Tutti*, do Papa Francisco, aponta a fraternidade e o bem comum como caminhos de superação. A partir de uma abordagem teórica e bibliográfica, examinam-se suas raízes históricas, seus mecanismos de poder e os impactos na subjetividade humana. Busca-se, assim, discernir alternativas capazes de inspirar uma economia que promova a vida, a inclusão, o cuidado e os vínculos solidários, como resposta ética, social e espiritual aos desafios do nosso tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo; Influência social; Cristianismo; Fratelli Tutti.

**ABSTRACT:** Capitalism has transcended its role as an economic system to become a global normative logic that shapes desires, relationships, and societal structures. This article presents a critical theological reflection on the impacts of capitalism, particularly its neoliberal form, and its consequences for human dignity, freedom, and happiness. Drawing on Pope Francis' encyclical *Fratelli Tutti*, the article identifies fraternity, solidarity, and the common good as ethical, social, and spiritual alternatives to the prevailing system. Through historical, philosophical, and theological analysis, it highlights how the Christian vision can inspire structural transformation and a more humane economy. Rather than a utopian ideal, fraternity is proposed as a necessary path toward survival and authentic human development.

**KEYWORDS:** Capitalism; Fraternity; Common Good; Christianity; Pope Francis; Fratelli Tutti.

### INTRODUÇÃO

O capitalismo, em sua busca contínua pelo lucro e acumulação de riquezas, ultrapassou os limites da economia. Tornou-se um verdadeiro guia de nossas vidas, moldando a maneira como interagimos uns com os outros e conosco mesmos. Sua presença se estende por inúmeros aspectos da existência humana, alcançando cada recanto do planeta. Não se trata apenas de como garantimos nosso sustento diário, mas também de como nos enxergamos e

<sup>1</sup> Graduado em Administração e bacharelado em Teologia.

interpretamos o mundo ao nosso redor. A influência do capitalismo permeia nossos valores, sonhos e até mesmo nossas aspirações mais profundas, insinuando, de forma sutil ou mais explícita, o que significa alcançar o sucesso e a felicidade.

Esta influência manifesta-se por meio de um conjunto de princípios e uma hierarquia de valores, que são considerados essenciais para nortear o comportamento humano, particularmente no contexto econômico. Neste panorama, o sistema capitalista fundamenta-se em princípios que são, em grande parte, amplamente reconhecidos e aceitos, como a liberdade. No entanto, é vital ressaltar que essas prioridades frequentemente ocultam interesses de grupos específicos. Elas funcionam como uma ideologia, promovendo o capitalismo como a alternativa mais lógica e eficaz para a prosperidade e a justiça.

Essa visão, embora amplamente disseminada, indica um crescimento da desigualdade social global nas últimas décadas. Isso é especialmente notável ao se analisar a discrepância entre os mais ricos e os mais pobres. Ademais, uma parcela considerável da população enfrenta, de forma contínua, a barreira de acesso à educação, saúde, cultura e oportunidades de trabalho. Esse cenário provoca o agravamento da desigualdade e alimenta a profunda crise social em que nos encontramos, uma vez que na lógica capitalista, para que uma pessoa seja reconhecida como “alguém”, é imprescindível que ela tenha a possibilidade de obter bens e serviços, ligando seu valor à sua condição econômica.

Essas constatações, que surgem como se fossem simples e naturalmente dadas e, portanto, necessárias, colocam à luz uma questão fundamental: a serviço de quem realmente estão a humanidade e a sociedade? O aumento das desigualdades e a intensificação da concentração de renda e patrimônio que observamos hoje demonstram que não estão a serviço de si mesmos. Mas como podemos justificar a persistência em um sistema em que as relações são totalmente moldadas por fatores econômicos, que contrariam a essência do ser humano e sua dignidade?

Esta é uma questão crucial que não deve ser ignorada, mesmo que cause desconforto e, possivelmente, represente um embaraço, especialmente para aqueles que se consideram cristãos, ao confrontarem-se com a contradição entre as finalidades das relações no sistema capitalista e a mensagem da Boa Nova de Deus, que contrapõe individualismo e comunitarismo, acumulação e partilha, competição e fraternidade.

Assim, no âmbito do conhecimento da fé, a teologia é chamada a iluminar os que creem em Jesus como Cristo, Senhor e Filho de Deus, incentivando todos a “colocar-se juntos para compreender que coisa é o humano”, o que dignifica a humanidade ou “o que no humano é irredutível, porque divino”, visto que o ser humano é “imagem e semelhança de Deus em Cristo” (FRANCISCO, 2024). Ademais, a teologia deve atuar na promoção de uma transformação estrutural que ultrapasse as limitações da racionalidade capitalista neoliberal, a qual se opõe à liberdade e à felicidade que Deus deseja para toda a humanidade. A forma como o sistema capitalista opera atualmente, enredado em ilusões, não é uma fatalidade inescapável.

O fundamental é compreender que nada pode nos eximir da tarefa de promover outra racionalidade e nos redirecionar na esperança. É por isso que a encíclica *Fratelli Tutti*, escrita pelo Papa Francisco e lançada em outubro de 2020, serve como a base para uma nova interpretação e vivência do Evangelho em nosso tempo, visando à construção de uma convivência pautada na paz, solidariedade e fraternidade universais.

Por essa razão, buscaremos, neste trabalho, realizar uma investigação que consideramos essencial para revelar os fundamentos que sustentam e legitimam o sistema atual, ao mesmo tempo em que destaca aspectos cruciais da condição humana. Assim, esta pesquisa representa uma tentativa ousada de compreender essa aparente inevitabilidade do capitalismo e de investigar caminhos para sua superação.

O artigo tem seis seções. A seção inicial descreve o capitalismo como um sistema que molda a estrutura social e tem como objetivo a maximização dos lucros, levando a estratégias de exploração que se tornam cada vez mais agudas. A segunda discute, partindo de uma afirmação de Margaret Thatcher, a influência do capitalismo na transformação da alma e do coração das pessoas. A terceira enfatiza a urgência de uma análise crítica sobre a liberdade e a felicidade dentro do cenário capitalista. A quarta aborda a crise de valores gerada pelo sistema capitalista, ressaltando a prevalência dos interesses individuais. Na quinta, abordamos o desafio cristão frente a esse cenário, iluminado pelo reconhecimento inegociável do valor intrínseco de cada ser humano. Por último, a sexta seção convoca a busca por uma “economia diferente”, atendendo ao chamado do Papa Francisco.

Mais do que um exercício acadêmico, este percurso deseja ser também um convite à esperança e à conversão — pessoal, comunitária e estrutural — na direção de um mundo onde a dignidade de cada ser humano e o bem comum sejam, novamente, o centro da vida social.

## 1 CAPITALISMO COMO SISTEMA NORMATIVO GLOBAL

Um fato marcante do nosso século é que, ao lado das notáveis conquistas e das incríveis oportunidades proporcionadas pelas inovações tecnológicas, também observamos um crescimento contínuo da desigualdade social, a deterioração das relações sociais, além da agressão e exploração da natureza. Essa situação está profundamente ligada a uma busca incessante por lucros, que está disposta a provocar níveis alarmantes de destruição na perseguição desse e de outros objetivos.

A interiorização dessa mentalidade, junto aos valores e ao sistema que a sustentam, é o que caracteriza o capitalismo. Ao longo dos séculos, esse sistema se promoveu como a “melhor” lógica normativa “viável”, com uma abrangência mundial que rege as estruturas sociais, culturais e políticas. Dessa forma, o capitalismo modela a organização da sociedade, desde a esfera estatal até os aspectos mais íntimos da subjetividade. Portanto, ele não é apenas o meio pelo qual obtemos o que precisamos, mas também constitui o próprio mundo social em que vivemos.

Para que a sociedade inteira se estruturasse em torno do capitalismo, transformando-se em uma imensa máquina voltada ao lucro, os seus componentes se agruparam gradualmente, interagindo e se apoiando mutuamente.

Ao examinarmos o capitalismo ao longo da história, é evidente que ocorreram variações desse sistema entre diferentes fases e épocas. No entanto, certas características fundamentais, como a busca incessante pelo lucro e a estruturação do trabalho, permanecem constantes. Para podermos entender, mesmo que de forma básica, essa dinâmica, o economista brasileiro Paulo Sandroni, em sua obra *Novíssimo Dicionário de Economia*, apresenta três perspectivas que podem auxiliar na compreensão da formação da sociedade contemporânea (SANDRONI, 1999, p. 81).

Uma das perspectivas apresentadas é a do economista e sociólogo alemão Werner Sombart, que defende a ideia de que a essência da formação e evolução deste sistema não está na economia em si, mas no “espírito” que emergiu da burguesia europeia ao final da Idade Média. Esse espírito é marcado por um incessante desejo de acumular riqueza, que ele descreve como “a paixão por ouro e dinheiro”. Sombart argumentava que, embora o desejo de enriquecer sempre tenha sido uma característica da humanidade, a diferença na fase capitalista em relação aos períodos anteriores estava na forma como essa ambição é realizada.

De fato, nas eras anteriores ao capitalismo, a acumulação de riqueza acontecia através da força, da violência intensa ou até mesmo de práticas mágicas. Já no contexto capitalista, Sombart esclarece que essa riqueza é alcançada através do “engenho”, da técnica e da habilidade que o empresário aplica em suas atividades produtivas. Não é por acaso que, no cerne da análise sombartiana do espírito capitalista, figura o empresário, que simboliza a principal força motriz do capitalismo:

A “força motriz” na economia capitalista moderna é, portanto, o empresário capitalista, e somente ele. Sem ele, nada acontece. Ele é, por conseguinte, a única força “produtora” ou, em outras palavras, a força realizadora, criadora, como se deduz imediatamente de suas funções. Todos os demais fatores de produção, trabalho e capital, estão em uma relação de dependência em relação a ele, ganham vida por sua ação criadora. Também todas as invenções técnicas se concretizam graças a ele (SOMBART, 1984, p. 29, tradução nossa).

Em outras palavras, o empresário atua como um agente dinâmico, responsável por tomar decisões e traçar direções, ao contrário de um indivíduo histórico que permanece inerte, agindo de forma automática sob a influência das forças de mercado. Na verdade, sua atuação é tão fundamental que, na ausência dela, a discussão sobre o “espírito” capitalista perde seu sentido.

A segunda perspectiva fundamenta-se na obra de Max Weber, sociólogo, jurista e economista alemão, que apresentava uma interpretação específica do capitalismo associada a

processos racionais e burocráticos. Segundo Weber, as empresas evoluíram de entidades domésticas para organizações autônomas, necessitando, em função de seu crescimento, de sistemas contábeis e administrativos extremamente racionais. Esses sistemas se fundamentam na organização da vida do trabalho, com o intuito de aumentar a eficiência e alcançar o máximo rendimento operacional, assegurando, desse modo, a obtenção de lucros.

Precisão, rapidez, univocidade, conhecimento da documentação, continuidade, discricção, uniformidade, subordinação rigorosa, diminuição de atritos e custos materiais e pessoais que alcançam o ótimo numa administração rigorosamente burocrática (especialmente monocrática) exercida por funcionários individuais treinados, em comparação a todas as formas colegiadas ou exercidas como atividade honorária ou acessória (WEBER, 1999, p. 212).

Segundo Weber, a estrutura técnico-administrativa de uma instituição, composta por profissionais qualificados escolhidos com base em critérios racionais, responsáveis pelo planejamento e pela realização de variadas atividades burocráticas fundamentais para o funcionamento do sistema é o que define e representa o capitalismo.

Dessa forma, emergia um modelo administrativo que demandava do indivíduo uma contínua transformação e especialização profissional, além de uma adaptação constante e qualificação para que pudesse ser integrado ao funcionamento do sistema, garantindo assim uma base estrutural, organização e suporte especializado que eram imprescindíveis na busca pela máxima eficiência.

Outra perspectiva sobre o que caracteriza o capitalismo é a análise de Karl Marx, filósofo, economista, sociólogo e revolucionário alemão. De maneira concisa, o *Novíssimo Dicionário de Economia* sintetiza a compreensão de Marx ao afirmar que o capitalismo se dá pela exploração dos trabalhadores pelos capitalistas (SANDRONI, 1999, p. 81). O salário recebido pelos trabalhadores representaria apenas uma fração insignificante do valor do seu trabalho. A diferença, conhecida como mais-valia, seria apropriada pelos detentores dos meios de produção transformando-se em lucro.

Essa afirmação se baseia na visão de Marx que considera o capital como um processo em que o valor transita incessantemente entre a forma de mercadoria e a de dinheiro: “capital é dinheiro, capital é mercadoria”. Contudo, é evidente que ele não se restringe apenas a essa troca; ao contrário, trata-se de um mecanismo que visa aumentar sua própria magnitude a cada vez que o valor retorna da mercadoria ao dinheiro.

Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria,

modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização (MARX, 1996, p. 273-4).

De acordo com os fundamentos dessa perspectiva, o capital é visto como uma interação social em que as trocas de mercadoria já se expandiram, e o valor se materializou na forma de dinheiro. Por sua vez, o capitalismo é caracterizado como um modelo particular de produção. Nesse cenário, os meios de produção – que incluem o espaço e as ferramentas de trabalho, além da matéria-prima a ser transformada e da mão de obra contratada para essa tarefa –, sob a posse do capital, tornam-se propriedade de um indivíduo. Este, então, empregará tais recursos para produzir mercadorias e, ao longo desse processo, aumentará o valor do capital (neste caso, do dinheiro) que foi investido.

Como consequência, surge uma nova estrutura social, na qual a busca incessante por maximizar o valor leva o capitalista a aprimorar constantemente suas estratégias de exploração do trabalho, a extração dos recursos naturais e a formação da própria sociedade, tudo isso com métodos cada vez mais inusitados e focado somente nos lucros.

Ligadas a um conjunto de ideias, discursos, práticas e ferramentas, essas reflexões sugeridas contribuem para a compreensão do capitalismo, visto como uma construção histórica e um padrão de vida geral, que estabelecem uma nova forma de governar os indivíduos, fundamentada na busca incessante pelo lucro e na acumulação de capital. Os pilares desse modelo são a propriedade privada dos meios de produção por uma classe específica e a exploração da força de trabalho das classes que não possuem essa propriedade ou, nas palavras de Paulo Sandroni:

Neles, a economia baseia-se na separação entre trabalhadores juridicamente livres, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário, e capitalistas, os quais são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias (bens dirigidos para o mercado) visando à obtenção de lucro (SANDRONI, 1999, p. 81).

## 2 CAPITALISMO E A TRANSFORMAÇÃO DA ALMA.

“A economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma”. Assim terminou uma célebre entrevista dada ao The Guardian em 1981 por Margareth Thatcher, reconhecida como

uma das principais protagonistas do neoliberalismo<sup>2</sup>, que se tornou a fase contemporânea do capitalismo. Essa ideia é inquietante, mas faz pleno sentido. A frase destaca um aspecto fundamental: o capitalismo transcende a mera definição de um sistema econômico. Mais do que isso, é, acima de tudo, um sistema normativo que expandiu sua influência por todo o mundo, infiltrando a sua lógica em todas as relações sociais e esferas da vida, moldando pensamentos e sentimentos em benefício do lucro e a acumulação de riquezas.

Não há método de “mudança da alma” que seja mais eficaz do que aquele que gravita em torno dos desejos. Assim, na atualidade, a atenção do capitalismo não se limita apenas à produção, industrialização ou inovação tecnológica; ele também se concentra na criação em massa de consumidores que nunca se satisfazem, a tal ponto que o sujeito, em sua essência, fica completamente subjugado a esse raciocínio, que cria necessidades com o intuito de facilitar a venda de seus produtos cada vez mais instantâneos e descartáveis. Em última análise, o modelo de desenvolvimento capitalista, na sua busca incessante pelo lucro, está alicerçado no consumo, propagando a noção de que o indivíduo deve permanecer continuamente insatisfeito e enganado por um prazer passageiro em relação aos seus desejos por bens e serviços.

A meta é moldar o ser humano, tanto como um trabalhador comprometido com a produção contínua, que se empenha em apresentar inovações ao mercado todos os dias, quanto como um consumidor ávido que, com dinheiro em mãos, busca a “satisfação” garantida pelas opções oferecidas, ou seja, aquelas que geram lucro para o capital. Assim, um conjunto de discursos, práticas e mecanismos foram desenvolvidos com a intenção de direcionar o comportamento dos indivíduos e fornecer ao capitalismo os “recursos humanos” de que ele precisa, tornando-os aptos a operar como peças de uma grande engrenagem, de acordo com as diretrizes ditadas pelos proprietários do capital.

Nesse cenário, o sociólogo e filósofo Bauman destaca: “Somos todos pressionados a consumir mais, e, nesse percurso, nós mesmos nos tornamos produtos nos mercados de consumo de trabalho” (BAUMAN, 2011, p. 64). Em outras palavras, sob o capitalismo, o que está em pauta é a própria maneira de existir, ou seja, como somos influenciados em nosso comportamento, nas nossas relações com os outros e com nós mesmos, o que pode ser visto como uma ameaça à verdadeira liberdade humana. Nesse aspecto, Bauman continuou a alertar: “Vivemos hoje numa sociedade global de consumidores e os padrões de comportamento de consumo só podem afetar todos os outros aspectos de nossa vida, inclusive a vida de trabalhador e de família” (BAUMAN, 2011, p. 64).

Para uma compreensão mais profunda do capitalismo como sistema capaz, como destacou Margaret Thatcher, de “mudar a alma e o coração”, é fundamental introduzir o conceito

---

2 Repleto de significados políticos e ideológicos, e muitas vezes utilizado como uma simples tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às dinâmicas do capitalismo atual (SANDRONI, 1999, p. 421), o termo se tornou autônomo, conquistando uma identidade própria. Portanto, ao falarmos de neoliberalismo, estamos nos referindo ao conjunto de ideias políticas e econômicas que defendem o capitalismo, promovendo a liberdade de atuação das forças de mercado, a eliminação da intervenção do Estado, a privatização de empresas estatais e até de serviços públicos essenciais, bem como a liberalização da economia para uma maior integração com o mercado global (SANDRONI, 1999, p. 421).

de “governamentalidade”. Nesse cenário, a perspectiva de Michel Foucault, filósofo francês contemporâneo que explorou a relação entre poder e conhecimento, será a base da nossa reflexão. Para Foucault, a ideia de governo é ampla e não se restringe apenas à administração do Estado; ela abrange, fundamentalmente, “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 1997, p. 101).

Na sua terceira fase, conhecida como “Estética da Existência”, Foucault ressaltou aspectos que evidenciam como os indivíduos são moldados pelo poder, o que ajuda a perpetuar a estrutura social dominante. Este fenômeno acontece de forma sutil, por meio de práticas que atuam com o objetivo de impor ao indivíduo identidades pré-fixadas sem que ele esteja plenamente ciente disso.

Sob essa ótica, podemos afirmar que era essencial para o capitalismo conceber a administração dos indivíduos e do planeta através da criação de normas que proporcionassem um controle sobre as pessoas. Entretanto, a prática da governamentalidade demandava uma compreensão das aspirações e os desejos dos indivíduos. Nas palavras de Foucault:

Governar pessoas, no sentido amplo da palavra, não é uma forma de forçar as pessoas a fazer o que o governante quer; é sempre um equilíbrio versátil, com complementaridade e conflitos entre técnicas que asseguram a coerção e processos pelos quais o eu é construído ou modificado por ele mesmo (FOUCAULT, 2015, p. 25-26).

Assim, de acordo com os fundamentos dessa perspectiva, a governamentalidade do capitalismo criou uma possibilidade para a liberdade e a felicidade, apenas para, em seguida, encerrá-la. No entanto, essa abertura representa, de qualquer forma, um marco crucial da era moderna.

### 3 A ILUSÃO DA LIBERDADE E FELICIDADE

A princípio, essa questão pode parecer paradoxal, pois somos confrontados com a necessidade de entender as ameaças à liberdade que surgem de um sistema que constantemente promove a noção de que o ser humano é livre e construtor de seu próprio destino. Portanto, é pertinente indagar: qual é o verdadeiro significado de liberdade que o capital divulga?

Uma afirmação crucial da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proveniente da Revolução Francesa, esboçou uma nova perspectiva sobre a organização da sociedade: “os Homens nascem e são livres e iguais em direitos” (art. 1º). Ao fundamentar esses princípios, a declaração criticava de forma clara o regime da monarquia absoluta e a estrutura social sustentada por privilégios de nascimento. Desse modo, liberdade, igualdade e fraternidade emergiam como luzes que guiavam a humanidade na sua emancipação de seus opressores ao longo dos séculos, visando à criação de um mundo melhor.

A Declaração, composta de um preâmbulo e 17 artigos, estabelecia que os direitos eram naturais e intrínsecos ao ser humano, independentemente das esferas do governo e da política. Para tanto, os representantes do povo têm como única função reconhecer e assegurar esses direitos através da legislação, promovendo, dessa forma, a felicidade coletiva. O preâmbulo é claro ao dizer que “a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos Governos”. A mensagem era clara: a sociedade deveria não apenas preservar sua natureza, mas também refiná-la continuamente.

Ainda que os ideais de liberdade e igualdade pareçam produtos do século XVIII, eles são, na verdade, demandas antiquíssimas. A história está repleta de vozes que demonstram que os oprimidos, explorados e humilhados sempre estiveram desejosos de buscar liberdade, igualdade e respeito, que raramente deixaram de almejar ou lutar por tais direitos. Basta lembrar a marcante introdução de Jesus de Nazaré à sua vida pública (Lc 4,18) ou o cântico de Maria, conhecido como *Magnificat* (Lc 1,46). O que, então, realmente mudou? E por quais razões, sejam elas explícitas ou ocultas, diferentes forças sociais romperam de forma drástica com um sistema que se perpetuava há pelo menos cinco séculos?

De certa forma, investigações e pesquisas históricas indicam que garantir a efetivação dos direitos naturais, como igualdade, liberdade, fraternidade, propriedade, segurança e resistência à opressão, convergiam parcialmente, esclarecendo e organizando a luta que a burguesia já vinha conduzindo em defesa de seus interesses, necessidades e aspirações. Na verdade, o que os burgueses buscavam, acima de tudo, era o reconhecimento da liberdade para realizar comércio, em qualquer lugar que estivessem, como um direito individual que poderia ser reivindicado diante de todas as autoridades.

A liberdade proclamada na Revolução Francesa, longe de ser um projeto de emancipação universal, atendeu prioritariamente aos interesses da burguesia emergente. A Declaração de 1789 representou menos um compromisso com a justiça social e mais uma estratégia de consolidação do poder econômico dessa classe, que buscava proteger seus privilégios sob a retórica da liberdade. O que se reivindicava era, sobretudo, a autonomia frente ao Estado, e não a transformação das estruturas de exclusão. Como observa José Afonso da Silva:

Isso se explica no fato de que a burguesia que desencadeara a revolução liberal estava oprimida apenas politicamente, não economicamente. Daí porque as liberdades da burguesia liberal se caracterizavam como ‘liberdades-resistência’ ou como meio de limitar o poder que, então, era absoluto” (SILVA, 1985, p. 265, apud TRINDADE, [s.d.]).

Essa situação se tornaria mais evidente quando os mesmos parlamentares, em sua maioria de origem burguesa, que redigiram o primeiro artigo da Declaração, ao “traduzirem” essas ideias nos artigos subsequentes, realizaram uma escolha meticulosa de temas, interpretações e ênfases — escolha que, claramente, foi orientada pelos seus próprios interesses e conveniências. É fácil notar que a defesa da propriedade individual único direito qualificado

como “inviolável e sagrado” (art. 17º) era exatamente o que a classe burguesa almejava, a fim de justificar, tanto do ponto de vista jurídico quanto moral, o exercício do poder econômico nos mercados, embora sem admitir isso abertamente.

A burguesia se apropriou e espalhou, baseando-se na filosofia iluminista, os princípios de luta que exaltavam a liberdade individual e a igualdade perante a lei. Esses pontos eram altamente valorizados. No entanto, diferentes aspectos da igualdade ficaram à margem, como o direito de todos os cidadãos a votar e a serem eleitos. A igualdade de gênero não foi mencionada, o colonialismo europeu passou sem críticas e a escravidão, uma dura realidade da época, não foi condenada. Adicionalmente, o direito ao trabalho foi desconsiderado, entre outros fatores.

Por mais que tivessem bebido nas fontes filosóficas iluministas dos direitos naturais e universais, seria excessivo esperar que esses burgueses legisladores se mostrassem dispostos, de “*motu próprio*”, a pavimentar uma estrada jurídica que apontasse para alguma espécie mais real de igualdade social (TRINDADE, 2024).

A Declaração era, portanto, um manifesto contra a sociedade de privilégios, mas não necessariamente um passaporte para uma sociedade democrática e igualitária.

Assumindo uma atitude que se oculta sob a ilusão de uma liberdade que, à primeira vista, parece ampla, mas que, na verdade, é essencialmente unilateral, a história nos mostra que o capitalismo se autoproclamou o único guardião da liberdade. Essa proposta não apenas explica as razões que favorecem seu convencimento, mas também se configura como uma condição essencial para sua própria existência. Afinal, a busca pela liberdade é, sem dúvida, uma característica fundamental da natureza humana.

Nesse cenário, os que satisfazem essa necessidade acabam por orientar os indivíduos. Mas, atenção! Essa liberdade vem com um preço – e não é barato! Isso porque o sistema capitalista estabelece parâmetros rígidos que devem ser cumpridos para que o indivíduo seja reconhecido como “alguém” nesta sociedade e impede que se possa escolher entre outras alternativas possíveis, na medida em que tende a padronizar e direcionar o comportamento e a percepção das pessoas.

Nesse contexto do capitalismo, a liberdade que não oferece oportunidades de lucro se torna irrelevante; apenas adquire importância para o sistema quando se alinha a objetivos tangíveis, ou seja, à possibilidade de acumular grandes quantias de dinheiro. E, assim, com a garantia dessa liberdade monetizada, o argumento de que a felicidade está atrelada à posse de dinheiro começou a se espalhar, tal como enfatizado no artigo I da Declaração de Direitos da Virgínia de 1776:

Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos, dos quais, quando entram em estado de sociedade, não podem por qualquer acordo privar ou

despojar seus pósteros e que são: o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança (art. 1º).

Com o passar do tempo, a consolidação desses pensamentos deu origem ao surgimento da convicção de que os mais felizes e bem-sucedidos serão aqueles capazes de acumular uma maior fortuna. Segundo Fábio Konder Comparato, as pessoas mais abastadas, especialmente aquelas que enriqueceram rapidamente ao longo da vida, passaram a ser admiradas e vistas como exemplos de sucesso, enquanto os menos favorecidos passaram a ser alvo de desconfiança ou desprezo (COMPARATO, 2014).

Assim, o conceito de felicidade passou por uma transformação significativa. Anteriormente, era ligado a sentimentos e emoções relacionados à virtude, à amizade, à honra e à prática do bem. No cenário da expansão capitalista, ser feliz passou a ser sinônimo de alcançar bem-estar por meio da posse de bens, viabilizado por uma situação econômica favorável, transformando-se em um objetivo comercializável, que deixou de ser uma questão subjetiva para se tornar algo palpável e visível a todos:

A felicidade como fruição total e interior, felicidade independente de signos que poderiam manifestá-la aos olhos dos outros e de nós mesmos, sem necessidade de provas, encontra-se desde já excluída do ideal, de consumo, em que a felicidade surge primeiramente como exigência de igualdade (ou, claro está, de distinção) e deve, em tal demanda, significar-se sempre a propósito de critérios visíveis (BAU-DRILLARD, 1995, p. 47-48).

Atualmente, como nossas próprias observações revelam, essa noção foi intensificada pelo neoliberalismo, e a “felicidade” agora pode ser adquirida nas prateleiras de qualquer loja. Nesse cenário, existe uma vasta produção midiático-publicitária voltada para a criação de desejos. Anúncios que garantem uma vida feliz ao se comprar um certo carro ou ao trocar de celular por um modelo mais avançado, já que o dispositivo atual logo se tornará ultrapassado. O filósofo francês Gilles Lipovetsky denomina essa mudança de “hiperconsumo”:

[...] a contar das duas últimas décadas, surgiu um novo “ismo” que pôs fim à boa velha sociedade de consumo, transformando tanto a organização da oferta quanto as práticas cotidianas e o universo mental do consumismo moderno: a própria revolução do consumo foi revolucionada. Estabeleceu-se uma nova fase do capitalismo de consumo: ela não é mais que a sociedade de hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007, p. 11).

Contudo, é essencial fazer uma reflexão crítica sobre essa perspectiva, uma vez que, apesar de a sociedade neoliberal incentivar a aquisição de bens como um caminho para se atingir a “felicidade”, é evidente que esse sistema funciona de forma a nos manter afastados

desse objetivo. Isso acontece porque, para sustentar uma economia em movimento contínuo, é necessário um amplo leque de opções de consumo, onde a rapidez na produção, aliada à intensa exploração do trabalho, estabelece a base para que a sociedade esteja sempre insatisfeita com suas necessidades de produtos e serviços.

Essa insatisfação, impulsionada pela incessante busca pela felicidade, que se limita a um bem a ser consumido e adquirido, acaba por gerar um aumento na receita e nos lucros. Contudo, isso também favorece o surgimento de pessoas cada vez mais competitivas, indiferentes e até propensas à depressão. Esses impasses foram destacados pelo sociólogo inglês Michael Rustin:

Sociedades como a nossa estão ficando mais ricas, mas estão se tornando mais felizes? Isso está se tornando um tema importante de debate, com uma literatura crescente sobre o assunto. Argumenta-se que a conexão há muito presumida entre aumento da riqueza e felicidade ou “bem-estar subjetivo” é, na verdade, fraca para países que estão acima de um nível básico de prosperidade — definido por um produto nacional bruto médio anual de cerca de 15.000 ou 20.000 dólares por pessoa (RUSTIN, 2007, tradução nossa).

Ao examinarmos o capitalismo, percebemos que a crença de que a abundância é tanto a condição essencial quanto suficiente para a felicidade humana, juntamente com a liberdade de escolher dentro desse “supermercado de desejos” o que mais nos agrada, revela-se uma grande ilusão. Trata-se de uma farsa elaborada para a formação, a consolidação e a perpetuação do sistema capitalista, centrando-se em dois elementos essenciais: a liberdade e a felicidade.

De maneira concisa, o capitalismo se aproveita dos anseios por liberdade e felicidade que refletem a busca dos indivíduos e caracteriza aquilo que é humano para dirigir comportamentos, decisões e ações das pessoas, que são então manipuladas e transformadas em meros instrumentos voltados ao lucro. O que nos leva a questionar: realmente nos libertamos das correntes da opressão ou simplesmente as trocamos por novas, mais sutis e talvez até mais eficazes?

A jornada da humanidade continua, e a luta por uma liberdade genuína e uma felicidade autêntica permanece mais relevante do que nunca, pois, como nos adverte Zygmunt Bauman:

nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para ser admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar, através de seus próprios esforços dedicados, contínuos e verdadeiramente infundáveis, nos nichos pré-fabricados da nova ordem (BAUMAN, 2001, p. 13).

A liberdade e a felicidade exigem mais do que a mera saída de uma gaiola para entrar em outra, por mais dourada que possa parecer. Nossa jornada não é apenas sobre escapar, mas também sobre transformar. Transformar os moldes, as expectativas e, o mais importante, transformar-nos continuamente.

#### 4 A CRISE DE VALORES

Com a ascensão do sistema capitalista, um princípio essencial se destaca como o eixo central da atividade econômica, que transformou não apenas nossas formas de produzir e consumir, mas também a própria essência dos valores humanos: a priorização dos interesses e ganhos individuais. O filósofo e economista escocês Adam Smith, frequentemente reconhecido como o pai do capitalismo, foi um dos primeiros a esclarecer esse conceito de maneira precisa.

No caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a autoestima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer — esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. Ninguém, a não ser o mendigo, sujeita-se a depender sobretudo da benevolência dos semelhantes (SMITH, 1996, p. 74).

Esse princípio, que pode parecer surpreendente à primeira análise, revela uma compreensão profunda das motivações humanas que se entrelaçam com as dinâmicas do capitalismo. A ideia de que o interesse pessoal é um impulsionador mais forte do que ações altruístas desafia perspectivas mais idealistas sobre o comportamento humano, incluindo um dos ensinamentos centrais de Jesus, que prega o amor ao próximo. No entanto, não há dúvida sobre quais práticas sustentam o funcionamento do sistema capitalista.

Neste panorama, surge o *Homo economicus*, a representação do ser humano moldado pelas forças do mercado. Esse ser vai além de apenas produzir e consumir de acordo com as

normas do mercado; suas emoções e anseios também são esculpidos pelas forças invisíveis do capital. Dentro dessa dinâmica, não se trata apenas de reagir sob a influência do capitalismo, mas de assimilar, quase de forma simbiótica, a sua lógica.

Um exemplo disso é a forma como o conceito de sucesso frequentemente é visto de maneira puramente materialista, associado diretamente à obtenção de bens e ao reconhecimento social. Afinal, a propriedade de bens materiais não apenas aumenta o prestígio de um indivíduo, mas também oferece acesso a benefícios menos evidentes, como status social, uma identidade diferenciada e inclusão em grupos restritos.

Essa visão está fundada em uma crença quase religiosa de que a verdadeira felicidade se traduz na satisfação obtida por meio da aquisição de bens, que está diretamente relacionada à quantidade de recursos disponíveis para isso: quanto mais rica a pessoa, maior será sua felicidade.

Tal ideia pode exercer uma poderosa influência sobre a sociedade, resultando na formação de indivíduos altamente competitivos, que se entregam a uma busca incessante por dinheiro, forçado a agir conforme as regras do jogo — ou seja, a continuar consumindo para alcançar sua “felicidade” e, assim, manter a economia em constante movimento.

Como resultado desse pensamento, começa a se espalhar a noção de que existem pessoas cujas vidas “valem mais”. Além disso, essa visão coloca sobre os indivíduos a responsabilidade pelos resultados que alcançam, sejam eles positivos ou negativos, incentivando-os a uma constante busca por novas conquistas,

a trabalhar a si mesmo com o intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus, desempenhos. [...] Dessa forma, ele aprenderá por si mesmo a desenvolver estratégias de vida para aumentar seu capital humano e valorizá-lo da melhor maneira (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333).

Certamente, essa retórica que impõe que as pessoas se comportem como se fossem robôs (considerando que essa seria a chave para o sucesso) culmina na criação de indivíduos que, na realidade, se comportam como máquinas.

Outro aspecto que tem causado uma profunda transformação nas estruturas sociais e nas relações pessoais é o individualismo. Esse conceito, amplamente promovido pelo capitalismo, contrasta fortemente com o comunitarismo. No individualismo, a pessoa tende a desconsiderar a relevância das interações sociais, sendo levada a pensar que consegue enfrentar tudo por conta própria, incluindo sua própria solidão.

Esta postura é refletida nas palavras de Adam Smith, que já argumentava que o ser humano, ao buscar a melhor oportunidade de emprego para seu capital, coloca em primeiro lugar seu próprio benefício e não, o da sociedade. Entretanto, essa situação acabou por desintegrar os vínculos de solidariedade, além de negar tudo o que compõe a “amizade social” e a cidadania.

Na sociedade atual, que é influenciada por essa visão, a cultura do Eu prevalece sobre a do Nós, e a interação entre eu e o outro assume um aspecto comercial, em que os vínculos delicados podem ser rompidos a qualquer sinal de insatisfação por parte de qualquer um dos envolvidos.

A ‘comunidade’, como uma forma de se referir à totalidade da população que habita um território soberano do Estado, parece cada vez mais destituída de substância. (...) A exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias inspira e promove a divisão e não a unidade. Incentiva as atitudes competitivas, ao mesmo tempo em que rebaixa a colaboração e o trabalho em equipe à condição de estratégias temporárias que precisam ser suspensos ou concluídos no momento em que se esgotarem seus benefícios (BAUMAN, 2007, pp.08-09).

Essa abordagem tem fomentado uma prática que valoriza a iniciativa individual, em que a competição com os outros se transforma em um impulso vital. Contudo, quando essa competição é levada ao limite, costuma resultar em uma série interminável de decisões tomadas de forma isolada, o que prejudica a qualidade e a profundidade das relações interpessoais e sociais, além de reduzir as responsabilidades em relação ao próximo e à comunidade.

Influenciada pelas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, surge um outro valor: a quantidade, que parece ter substituído a qualidade. Nesse contexto amplo, observamos a produção em massa de bens, visando principalmente fomentar um consumo quase que compulsivo. Esse, por sua vez, atua como o oxigênio que alimenta a chama constante da produção capitalista que favorece os ganhos imediatos em detrimento dos benefícios que perduram a longo prazo.

No entanto, essa prática, que exemplifica uma das maiores contradições do nosso tempo ao vincular o consumo à busca da felicidade, acarreta um custo elevado: a permanência de uma mentalidade de satisfação imediata, planos breves e uma constante sensação de insegurança, resultantes de uma sociedade em que nada é concebido para perdurar e tudo é transitório (BAUMAN, 2011). Soma-se a isso um consumo excessivo de energia, um lamentável desperdício de recursos naturais e a promoção de grandes quantidades de resíduos.

Essa postura, por sua vez, não apenas coloca em risco a construção de uma realidade em que a felicidade seja considerada mais do que uma simples mercadoria, mas também agrava de maneira significativa a degradação do meio ambiente. Nesse cenário, desponta

uma preocupação alarmante: a ausência de conscientização sobre as consequências significativas dessas ações em nosso dia a dia.

Diante dessas reflexões, enquanto atravessamos as desafiadoras correntes do capitalismo, especialmente sob a bandeira do neoliberalismo, é crucial que nos dediquemos a uma reflexão profunda dos valores que este sistema insiste em manter e reforçar. Esses princípios, apresentados como fundamentais para a continuidade e a prosperidade do capitalismo, contêm uma verdade que muitos parecem ignorar: a manutenção e o aprofundamento das desigualdades sociais.

O neoliberalismo, com sua noção de sucesso e sua valorização da cultura do individualismo em detrimento do bem-estar coletivo, promove uma ênfase desmedida na quantificação, que serve como motor do consumo. Esses aspectos configuram uma dinâmica na qual, sob o prisma desses valores cuidadosamente implantados em nosso tecido social, indivíduos que não se enquadram no perfil de consumidores ou produtores de “algo que tenha valor” são marginalizados.

Quando as pessoas são definidas exclusivamente por suas capacidades de gerar renda, a ausência dessas funções produz um medo escravizador. Essa apreensão perpetua a noção de que qualquer falha em alcançar sucesso econômico é um reflexo direto de falhas pessoais, um julgamento que não apenas é injusto, mas também desumanizante.

Segundo Dardot e Laval, tal situação faz com que as várias crises sociais sejam interpretadas como problemas particulares, resultando na atribuição da responsabilidade pelas desigualdades a cada indivíduo. “A maquinaria instaurada ‘transforma as causas externas em responsabilidades individuais e os problemas ligados ao sistema em fracassos pessoais’” (BECK, 2001, apud DARDOT; LAVAL, 2016, p. 348). O que talvez explique o fato de a sociedade do triunfo da fase neoliberal do capitalismo ser também uma sociedade adoecida.

Zygmunt Bauman, em sua análise sobre a busca por segurança no mundo atual, vai além e revela como a constante mudança das “regras do jogo” em nossa sociedade não apenas assombram, mas também dividem. A incerteza e os medos vagos sobre o futuro não unem aqueles que sofrem; pelo contrário, fragmentam e isolam:

O tipo de incerteza, de obscuros medos e premonições em relação ao futuro que assombram os homens e mulheres no ambiente fluido e em perpétua transformação em que as regras do jogo mudam no meio da partida sem qualquer aviso ou padrão legível, não une os sofredores: antes os divide e os separa. As dores que causam aos indivíduos não se somam, não se acumulam nem condensam numa espécie de “causa comum” que possa ser adotada de maneira mais eficaz unindo as forças e agindo em uníssono. A decadência da comunidade nesse sentido se perpetua; uma vez instalada, há cada vez menos estímulos para deter a desintegração dos laços humanos e

para procurar meios de unir de novo o que foi rompido. A sina de indivíduos que lutam em solidão pode ser dolorosa e pouco atraente, mas firmes compromissos a atuar em conjunto parecem prometer mais perdas do que ganhos (BAUMAN, 2003, p.48).

Neste cenário, em que o valor do ser é medido apenas por sua capacidade de atingir determinados fins, aqueles considerados incapazes de alcançar tais objetivos são frequentemente relegados às margens, estigmatizados por críticas carregadas de preconceito. Essas pessoas, vistas como um fardo social, enfrentam uma luta diária contra a invisibilidade e o esquecimento, numa sociedade que perdeu de vista a verdadeira essência que nos faz humanos.

Essa realidade é particularmente evidente no Brasil, onde 21,1 milhões de pessoas enfrentam a ameaça da fome, representando alarmantes 10% da população. Em contraste, 1% da parte mais rica da sociedade possui quase a metade da riqueza do país. É fundamental reconhecer que a fome não é uma condição inevitável; como ressalta José de Castro, “a fome é a expressão biológica de males sociológicos” em uma sociedade que a tornou comum. Além disso, um alarmante número de 3,4 milhões de denúncias de violações de direitos humanos foram registradas em 2024, segundo dados da ANISTIA. Estes números não são meramente estatísticos; são gritos de socorro de vozes que foram marginalizadas e esquecidas (ANISTIA, 2024).

## 5 O DESAFIO CRISTÃO

O desafio que se apresenta é, sem dúvida, complexo. Contudo, com seu apelo por uma “economia diferente”, o Papa Francisco propõe uma alternativa concreta. Segundo ele, é necessário fomentar um sistema econômico que “faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a devasta” (FRANCISCO, 2019). Essas palavras não apenas ecoam os ensinamentos de Cristo, mas também se configuram como um manifesto por uma transformação significativa na forma como a economia impacta a vida humana.

O ponto de partida reside no reconhecimento inegociável do valor intrínseco de cada ser humano, independentemente de qualquer circunstância. Trata-se de afirmar que toda pessoa possui uma dignidade ontológica inalienável, que a torna merecedora de cuidado, respeito e consideração. Sob a ótica da fé cristã, essa dignidade encontra seu fundamento mais profundo na doutrina da *imago Dei*.

Desde a narrativa da criação, presente no livro do Gênesis (Gn 1,26-27), a tradição judaico-cristã afirma que o ser humano foi criado à imagem de Deus, dotado de uma dignidade ontológica que lhe é inalienável e irrevogável. Esse princípio teológico não apenas confere um valor intrínseco a toda pessoa, mas também estabelece uma base sólida para as relações humanas, para a ética e para a construção de uma sociedade justa e fraterna.

À luz da reflexão teológica contemporânea, especialmente do magistério da Igreja, essa verdade ganha contornos ainda mais precisos. O Concílio Vaticano II afirma que “dotados de alma racional e criados à imagem de Deus, todos têm a mesma natureza e origem; e, redimidos por Cristo, todos têm a mesma vocação e destino” (Gaudium et Spes, n. 29). Esse ensinamento reforça que a origem comum, o chamado à comunhão com Deus e o destino último dos seres humanos estabelecem uma igualdade fundamental, que transcende qualquer diferença de raça, cultura, condição social ou gênero.

A Comissão Teológica Internacional, em seu documento *Comunhão e Serviço: A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus* (2004), aprofunda essa compreensão ao destacar que a condição de imagem de Deus se expressa, de forma inseparável, em duas dimensões: comunhão e serviço. Ser imagem de Deus significa, em primeiro lugar, estar ontologicamente orientado para a comunhão com o próprio Deus, com os outros seres humanos e com toda a criação. Ao mesmo tempo, essa condição convoca o ser humano a exercer um papel de administração responsável da criação — não como domínio predatório, mas como cuidado, zelo e promoção do bem comum. Tudo foi confiado ao homem, inclusive a vida dos outros homens (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, 2004).

Portanto, a *imago Dei* não é apenas uma afirmação sobre o que o ser humano é, mas também uma convocação ética sobre o que ele deve ser e construir. A partir dessa compreensão, todo cristão é desafiado a revisar criticamente suas práticas, instituições e sistemas, de modo que estejam efetivamente a serviço da vida, da dignidade e da promoção do bem comum:

Como o mundo seria feliz, se a justiça, o respeito, a benevolência mútua, a abertura de espírito e a esperança fossem a normalidade compartilhada, e não uma rara anomalia! Por isso, o capítulo do agir virtuoso, nestes nossos tempos dramáticos em que muitas vezes nos confrontamos com o pior do humano, deveria ser redescoberto e praticado por todos. Num mundo deformado, devemos recordar o modo como fomos moldados, a imagem de Deus que está impressa para sempre em nós (FRANCISCO, 2024).

A defesa da dignidade humana, fundamentada na condição de criatura feita à imagem de Deus, não pode se restringir ao campo das formulações teológicas abstratas. Ao contrário, deve ser uma força crítica, profética e transformadora diante das realidades sociais marcadas por desigualdades, violências e práticas sistemáticas de desumanização.

Reconhecer cada pessoa como imagem de Deus implica, necessariamente, assumir uma postura ética que se opõe frontalmente às estruturas de morte que atentam contra a vida, a dignidade e a liberdade dos indivíduos e dos povos. Isso significa que qualquer sistema — social, político ou econômico — que reduza o ser humano a uma mercadoria, a um objeto descartável ou a uma simples estatística está em contradição direta com essa verdade teológica fundamental.

À luz dessas constatações, a doutrina da *imago Dei* emerge como uma fonte constante de resistência à desvalorização da vida e como uma chave hermenêutica que revela e confronta as estruturas de opressão. Ela oferece um referencial que transcende os limites do empiricamente mensurável, convocando a humanidade a reconhecer que há uma sacralidade inscrita na existência de cada pessoa, independentemente de sua condição social, origem, gênero ou etnia.

Essa perspectiva é resgatada com vigor pelo magistério recente da Igreja, particularmente na encíclica *Fratelli Tutti* (2020), na qual o Papa Francisco denuncia a “globalização da indiferença” e propõe, como alternativa, uma cultura do cuidado, da solidariedade e da fraternidade universal.

## 6 A FRATELLI TUTTI COMO RESPOSTA E CAMINHO DE ESPERANÇA

Diante de uma humanidade profundamente marcada por desigualdades crescentes, exclusões sistemáticas e pela consolidação de uma cultura global da indiferença, a *Fratelli Tutti* surge como uma resposta concreta e um caminho real de esperança. Sua proposta vai muito além de uma reflexão teórica sobre a fraternidade; trata-se de um chamado urgente à conversão pessoal, comunitária e estrutural. A Encíclica, iluminada pela luz do Evangelho, propõe um autêntico projeto de transformação da sociedade, das relações humanas e das instituições, colocando no centro a dignidade inalienável de cada pessoa.

Sua mensagem oferece à humanidade uma nova visão ou, como o próprio Papa Francisco define, “um sonho” (FT 6): agir em favor dos outros — sejam próximos, sejam distantes —, escolhendo-os, livre e conscientemente, como irmãos e irmãs, amigos e amigas. Por isso, Francisco opta deliberadamente por não restringir os destinatários da Encíclica apenas aos fiéis católicos, mas amplia seu alcance a todas as pessoas de boa vontade. Seu desejo é oferecer um ensinamento social capaz de orientar não apenas os católicos, mas toda a humanidade, alimentando “um anseio mundial de fraternidade” (FT 8).

O Papa convoca os crentes — sejam católicos ou pertencentes a outras tradições religiosas — a ampliar o conceito de fraternidade, reconhecendo como irmãos e irmãs não apenas aqueles que partilham da mesma fé, mas toda pessoa, sem exceções. Aos não crentes e àqueles que não se vinculam a qualquer credo, dirige o mesmo apelo: que cultivem no coração da vida social um espírito fraterno, alicerçado nos valores universais do cuidado, da justiça, da solidariedade e do bem comum — valores que, embora nutridos pela fé, são patrimônio ético da humanidade.

Ao iluminar esse caminho, a *Fratelli Tutti* articula, de forma clara e incisiva, os grandes temas da Doutrina Social da Igreja. Reafirma o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito ao desenvolvimento integral (FT 106), pilares de qualquer sociedade justa. Ressalta, como fundamentos éticos indispensáveis, a solidariedade (FT 114-115) e a subsidiariedade (FT 142; 175; 187), necessárias para estruturar relações sociais equilibradas, onde cada pessoa e cada comunidade tenham voz, participação e responsabilidade.

De igual modo, atualiza o princípio da destinação universal dos bens, lembrando que toda propriedade privada deve estar orientada à sua função social (FT 118-121; 143). Valoriza o trabalho humano e reconhece no trabalhador e no empreendedor agentes fundamentais do desenvolvimento, desde que suas atividades estejam a serviço do bem comum e não da exploração (FT 122; 162). Defende, ainda, a cooperação internacional (FT 132), a laicidade sadia e o diálogo responsável entre a Igreja e a comunidade política (FT 276), além de reafirmar o direito à liberdade religiosa como pilar de qualquer sociedade democrática (FT 274-276).

Com a mesma firmeza, a Encíclica denuncia toda e qualquer forma de guerra, rejeitando inclusive a noção enganosa de “guerra justa” (FT 258). Repudia categoricamente a pena de morte (FT 269) e o tráfico de seres humanos, crime que reduz pessoas a mercadorias (FT 24).

No entanto, a *Fratelli Tutti* não se limita à denúncia: oferece alternativas concretas e compromissos práticos que devem ser assumidos nas esferas social, política, econômica e cultural. Entre essas ações destacam-se:

- O acolhimento e a proteção efetiva dos migrantes, com políticas públicas que garantam sua dignidade e seus direitos fundamentais (FT 38; 128-132);
- A construção de uma política comprometida com o bem comum, guiada pela ética do cuidado, da solidariedade e da responsabilidade social (FT 180-182);
- O combate estrutural à fome, compreendida como uma violação grave e intolerável da dignidade humana (FT 189);
- A promoção da cultura do diálogo e da paz social, como antídotos contra a polarização, o ódio e todas as formas de violência (FT 217);
- O avanço urgente do desarmamento nuclear e o fortalecimento de acordos internacionais que priorizem a segurança coletiva e os investimentos globais em saúde e bem-estar (FT 262; 173-174);
- O fortalecimento dos caminhos ecumênicos e inter-religiosos, como expressão concreta da fraternidade universal (FT 280);
- O chamado às religiões para que se coloquem decididamente a serviço da fraternidade, da paz, da justiça e do bem comum (FT 271; 281-285).

A Encíclica reafirma, de maneira incisiva, que “as grandes transformações não são construídas à escurinha ou no escritório” (FT 231), mas acontecem na vida real, nos gestos cotidianos, na escuta atenta dos clamores do presente, na capacidade de preservar a memória, dialogar no hoje e planejar, juntos, um futuro justo, solidário e sustentável. Trata-se, acima de tudo, de iniciar processos de reconciliação, de promover uma cultura do encontro e de valorizar a diversidade como riqueza e não como ameaça.

Ao apresentar esse horizonte, a *Fratelli Tutti* oferece uma alternativa concreta e realista frente ao modelo econômico, social e cultural vigente, profundamente marcado pela lógica do lucro, pela competitividade desenfreada e pela indiferença. O Papa Francisco denuncia, sem subterfúgios, que as leis da competição e da meritocracia colocam as pessoas umas contra as outras, normalizando a ideia de que eliminar o outro pode ser um caminho legítimo para o próprio sucesso. Nesse modelo, a exploração predatória da natureza, dos recursos e dos próprios seres humanos torna-se aceitável, movida por uma crença cega de que a vida depende exclusivamente do dinheiro e do poder — e não da Terra, nossa Casa Comum.

Essa crítica, já apresentada com força na *Laudato Si'*, denuncia as causas estruturais da crise ecológica e social, vinculadas ao uso irresponsável da tecnologia (LS 106) e às escolhas políticas condicionadas pelos interesses econômicos e financeiros (LS 109). Tanto a *Laudato Si'* quanto a *Fratelli Tutti* afirmam que não se trata apenas de moralizar o capitalismo, nem de torná-lo mais humano ou compassivo, mas de redefinir radicalmente nossa ideia de progresso (LS 194), propondo uma transformação profunda da lógica que organiza a sociedade e a economia. Para não “enfrentar apenas os sintomas” (LS 9), é necessário reconstruir desde as bases, recolocando a pessoa humana e sua dignidade como critério inegociável e limite ético para qualquer desenvolvimento (FT 22).

No nível mais profundo, o Papa alerta que a economia fundada no lucro absoluto repousa sobre visões distorcidas e reducionistas da pessoa humana:

Uma das causas desta situação está na relação estabelecida com o dinheiro, porque aceitamos pacificamente o seu domínio sobre nós e as nossas sociedades. A crise financeira que atravessamos faz-nos esquecer que, na sua origem, há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano. Criamos novos ídolos. A adoração do antigo bezerro de ouro (cf. Ex 32, 1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura duma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano. A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios e sobretudo a grave carência duma orientação antropológica que reduz o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo (EG, n. 55).

Isso gera não apenas desigualdades materiais, mas também um colapso ético, fragilizando a própria noção de justiça, de equidade e de bem comum, além de impedir o acesso universal aos direitos fundamentais:

Enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar daquela minoria feliz. Tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira. Por isso, negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela

tutela do bem comum. Instaure-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras. Além disso, a dívida e os respectivos juros afastam os países das possibilidades viáveis da sua economia, e os cidadãos do seu real poder de compra. A tudo isto vem juntar-se uma corrupção ramificada e uma evasão fiscal egoísta, que assumiram dimensões mundiais. A ambição do poder e do ter não conhece limites. Neste sistema que tende a fagocitar tudo para aumentar os benefícios, qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta (EG, n. 56).

Nesse contexto, a proposta da *Fratelli Tutti* aponta para um caminho que exige, inevitavelmente, uma profunda mudança cultural e uma ruptura com a mentalidade dominante. Será necessário que as sociedades contemporâneas abandonem o paradigma da acumulação e da competição incessante e cultivem estilos de vida mais simples, mais comunitários e mais solidários. Isso exige imaginar outras formas de felicidade, que não estejam definidas pelo acúmulo de bens materiais, nem pela exploração desmedida dos recursos naturais:

Se é assim – insisto – digamo-lo sem medo: Queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas. Este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos.... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco (FRANCISCO, 2015b).

Diante da crença hegemônica de que não há alternativa (FT 168), a *Fratelli Tutti* é um manifesto de esperança, que reafirma: há, sim, alternativas. E essas alternativas passam pela construção de uma nova consciência mundial, fundada na fraternidade, na amizade social, na justiça, no cuidado com a criação e no respeito absoluto à dignidade de cada ser humano.

## CONCLUSÃO

Diante de um sistema econômico que se consolidou como uma engrenagem global de exploração, exclusão e esvaziamento dos vínculos humanos, torna-se urgente e inadiável a construção de novos paradigmas que recolocam a pessoa no centro, não como um mero agente econômico, mas como ser portador de uma dignidade inalienável. O capitalismo, ao transformar liberdade e felicidade em mercadorias, produziu não apenas desigualdades materiais, mas também uma crise profunda da alma, corroendo os fundamentos éticos, relacionais e espirituais da convivência humana.

A análise proposta neste artigo buscou demonstrar como o modelo capitalista, sobretudo em sua vertente neoliberal, não apenas organiza a economia, mas molda consciências, fabrica subjetividades e redefine o sentido do viver, sempre em favor da lógica do lucro, da

competitividade e do descarte. Essa racionalidade, que se apresenta como inevitável, compromete tanto a vida humana quanto a sustentabilidade do planeta.

Entretanto, a *Fratelli Tutti* surge como uma resposta vigorosa e um caminho real de esperança. Seu chamado à fraternidade universal e à amizade social não é uma proposta ingênua ou utópica, mas uma alternativa profundamente ética, política e espiritual diante da falência dos modelos individualistas. A fraternidade, como princípio estruturante das relações humanas, emerge como antídoto à cultura do descarte, ao consumismo desenfreado e à indiferença globalizada.

A alternativa cristã, fundamentada na convicção de que todo ser humano é imagem e semelhança de Deus, convoca não apenas os fiéis, mas toda a humanidade, a superar as estruturas que desumanizam, promovendo uma economia que cuida, que inclui, que partilha e que protege a criação. Trata-se, portanto, de uma conversão profunda — pessoal, comunitária e estrutural — que exige a coragem de imaginar outro mundo possível e, sobretudo, de colocá-lo em prática.

Neste horizonte, a *Fratelli Tutti* não se limita a ser um documento do magistério, mas se apresenta como um mapa para a travessia de nosso tempo: um convite urgente a abandonar as ilusões do neoliberalismo e a abraçar, com esperança e compromisso, uma cultura da fraternidade, da solidariedade e do cuidado. Porque, como recorda o Papa Francisco, “ou nos salvamos todos, ou não se salva ninguém” (FT 137). Assim, a fraternidade não é apenas uma proposta ética: é uma condição de sobrevivência e uma alternativa viável para um futuro verdadeiramente humano.

## REFERÊNCIAS

A DECLARAÇÃO dos Direitos do Homem e do Cidadão. Disponível em: <<https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ANISTIA, Internacional. *Relatório o Estado dos Direitos Humanos no Mundo 2024*. <<https://anistia.org.br/informe-anual/relatorio-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo-2024/>>. Acesso em: 22 Ago. 2024.

BAUDRILLARD, J. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *A ética é possível num mundo de consumidores?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 2007.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *Comunhão e Serviço: A Pessoa Humana Criada à Imagem de Deus*. Vaticano, 2004. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/cti\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20040723\\_communion-stewardship\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20040723_communion-stewardship_po.html)>. Acesso em: 19 jun. 2025.

COMPARATO, Fábio K. *A civilização capitalista: para compreender o mundo em que vivemos*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788502229945. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502229945/>>. Acesso em: 28 Ago. 2024.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo atual*. Vaticano, 7 dez. 1965. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html). Acesso em: 19 jun. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. *Qu'est-ce que la critique?* Suivi de La culture de soi. Paris: Vrin, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual*. Vaticano, 2013. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html)>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. Vaticano, 2015a. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-si.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html)>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FRANCISCO. *Discurso na Expo Feria de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) durante o II Encontro Mundial dos Movimentos Populares*. Santa Cruz de la Sierra, 9 jul. 2015b. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco\\_20150709\\_bolivia-movimenti-popolari.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/july/documents/papa-francesco_20150709_bolivia-movimenti-popolari.html)>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FRANCISCO. *Carta do Papa Francisco para o evento 'Economy of Francesco'*. Vaticano, 2019. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco\\_20190501\\_giovani-imprenditori.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html)>. Acesso em: 3 set. 2024.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti sobre a fraternidade e a amizade social*. Vaticano, 2020. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco\\_20201003\\_enciclica-fratelli-tutti.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html)>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FRANCISCO. *Audiência Geral de 13 de março de 2024*. Vaticano, 2024. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiences/2024/documents/20240313-udienza-generale.html>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

FRANCISCO. *Discurso à Delegação da International Network of Societies for Catholic Theology (INSeCT)*. Vaticano, 2024. Disponível em: <<https://www.vatican.va/content/francesco/it/speeches/2024/may/documents/20240510-insect.html>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARX, Karl. *O Capital, livro I, 2 volumes*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NEPP-DH. *Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia*. Disponível em: <[http://mail.nepp-dh.ufrj.br/anterior\\_sociedade\\_nacoes6.html](http://mail.nepp-dh.ufrj.br/anterior_sociedade_nacoes6.html)>. Acesso em: 27 ago. 2024.

RUSTIN, Michael. *What's wrong with happiness?* Soundings, n. 36, p. 67-84, jul. 2007. Disponível em: <<https://www.ingentaconnect.com/content/lwish/sou/2007/00000036/00000001/art000>>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. 1. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 v. (Os economistas).

SOMBART, Werner. *El Apogeo del Capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

TRINDADE, José Damião de Lima. *Anotações Sobre a História Social dos Direitos Humanos*. Disponível em <<https://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado1.htm>>. Acesso em: 28 Ago. 2024.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Volume 2). Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Artigo submetido em 26/06/2025 e aprovado em 07/07/2025.

**Douglas Turri Toledo:** Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Anhanguera Pitágoras Votorantim, graduando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Trabalho realizado como bolsista CNPq, no ciclo 2023-2024 do PIBIC FAJE, sob orientação do professor Dr. Élio Estanislau Gasda, inserido no projeto Doutrina Social da Igreja, Capitalismo e Trabalho.

**Endereço:** Rua Joaquim Távora, 686 – Vila Mariana, São Paulo – SP – CEP 04015-011

**Orcid:** <https://orcid.org/0009-0004-0055-6823>

**Editor:** Dr. Geraldo Luiz De Mori

**Avaliadores:** Élio Estanislau Gasda, Marília Murta de Almeida, Sinivaldo Silva Tavares